



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 108ª reunião, realizada em 2 de agosto de 2017

1 Em 2 de agosto de 2017, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte,
4 Minas Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável, e a presidente suplente Maria de Fátima Chagas
7 Dias Coelho. Representantes do poder público estadual: Ivânia Moraes Soares,
8 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Ênio Resende de
9 Souza, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
10 (Seapa); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de
11 Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes);
12 Elbert Figueira Araújo Santos, da Agência Reguladora de Serviços de
13 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais
14 (Arsae); Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de Estado de Saúde (SES);
15 Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Turismo (Setur); Tiago Vieira
16 Lima, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Pedro de Freitas Moreira, da
17 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Luciano José
18 Alvarenga, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).
19 Representantes do poder público municipal: Eduardo Machado de Faria Tavares,
20 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Eric Alves Machado, da Prefeitura
21 Municipal de Contagem; Ednard Barbosa de Almeida, da Prefeitura Municipal de
22 Betim (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São
23 Francisco); Nilda Marília Figueiredo de Sousa, da Prefeitura Municipal de
24 Almenara (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio
25 Jequitinhonha e Pardo); Max Miller Fernandes da Silva, da Prefeitura Municipal
26 de São João do Manteninha (representante dos municípios da Bacia Hidrográfica
27 do Leste); Rodrigo Teixeira Bicalho, da Prefeitura Municipal de Viçosa
28 (representantes dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce); Agostinho
29 Nardy Riolino, da Prefeitura Municipal de Lima Duarte (representante dos
30 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul); Gabriel Augusto
31 Campos, da Prefeitura Municipal de Itapeva (representante dos municípios da
32 Bacia Hidrográfica dos Rios Grande, Piracicaba e Jaguari); Jaqueline Antério de
33 Moura, da Prefeitura Municipal de Unaí (representante dos municípios da Bacia
34 Hidrográfica do Rio Paranaíba). Representantes dos usuários de recursos
35 hídricos: Ana Maria Laque Marinho, da Companhia de Saneamento Municipal de
36 Juiz de Fora (Cesama); Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de
37 Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento

de Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Irany Maria de Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia (Minas Tilápia); Pedro Luís Pereira Ribeiro, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de associações legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e melhoria do meio ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da Associação de Proteção Ambiental de Unaí; Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos: Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Admilson Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Fernando Alves Carneiro, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou educação ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Leonardo Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 108ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e deu boas-vindas aos conselheiros. Em seguida, passou a condução dos trabalhos à presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Leonardo Romano: “Eu queria me dirigir ao secretário e fazer um comentário com relação a essa revisão da DN 74, que é um assunto, em pauta, muito importante. Especificamente, o segmento de aquicultura em tanque-rede, na Resolução Conama 413, há uma previsão, na classificação de porte dos empreendimentos, de empreendimentos até 1.000 m³, que seriam considerados de pequeno porte. A DN 74, na versão atual, considera 500 m³. Então já há uma diferença significativa. Isso nunca foi tema de nosso questionamento, porque tem outros assuntos de maior prioridade, que seriam mais relevantes para discutir com a SEMAD e a SEAPA. Só que agora, para nossa surpresa, causou uma perplexidade a todos nós a proposta de reduzir para 90 m³. Então é um número que ninguém sabe como apareceu. Em São Paulo, Goiás, Paraná, que são os Estados que têm essa atividade mais desenvolvida, trabalham com 1.000 m³. Em Tocantins, onde agora foi liberada a criação de

81 tilápia em tanque-rede, a proposta é de 1.000 m³, que é o definido na Resolução
82 Conama. Então nós já estamos trabalhando nisso e vamos fazer as propostas,
83 mas eu acho importante ressaltar, porque as pessoas com conhecimento técnico
84 não entenderam como se faz uma redução para 90 m³, o que significa três
85 tanques, aproximadamente. Nós não achamos razoável, e achamos que é até um
86 engano. Nós participamos de uma reunião na Câmara Agrossilvipastoril, com a
87 equipe técnica, e até propusemos sentarmos para conversar sobre isso, pois
88 pode ter havido um engano ou erro de interpretação. Mas é um fato preocupante,
89 secretário, porque, ao invés de estarmos trazendo um estímulo à atividade, isso é
90 um bloqueio enorme, praticamente inviabiliza. Eu tenho certeza de que o senhor
91 não gostaria que a sua gestão fosse marcada por uma situação dessa. Então eu
92 peço sua atenção. É um assunto bastante relevante. E está mais do que provado,
93 a aquicultura em tanque-rede tem baixíssimo impacto ambiental. Pode ser uma
94 excelente opção neste momento de dificuldade que nós temos. Tem rios com
95 restrições a uso, e a atividade de aquicultura em tanque-rede não traz nenhum
96 impacto. Então é o registro que eu gostaria de fazer, e quero contar com sua
97 atenção.” Presidente Jairo José Isaac: “O secretário adjunto Germano tem feito
98 reuniões conjuntas com as entidades de classe envolvidas nessa possível
99 reforma. Segundo as informações, está ainda em andamento. Ele está ouvindo
100 para, evidentemente, estabelecer o consenso e modificar realmente aquilo que
101 deve ser modificado e atualizado. O grupo técnico da SEMAD está
102 acompanhando, e, evidentemente, esse assunto deve ser levado. Você está
103 dizendo que os técnicos estão discutindo e vão levantar o problema. Nada mais
104 justo do que isso ser discutido antes de a matéria ser colocada em discussão. No
105 último contato que eu tive com o Germano, eu perguntei, ‘ainda vai levar tempo,
106 isso pode chegar mais até próximo do fim do ano, possivelmente tenhamos uma
107 solução mais para a frente, mas por enquanto nós estamos ouvindo as entidades
108 envolvidas’. Eu não acredito que tenha alguma coisa em definitivo. Haverá outras
109 reuniões em que outros acertos deverão ser feitos, e definida, inclusive, a
110 redação final do documento para aprovarmos nas nossas reuniões.” Presidente
111 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Como o secretário falou, o
112 processo ainda está em curso. Inclusive, o documento esteve em consulta
113 pública, para sugestões, e, possivelmente, estão sendo compiladas. Então o
114 segmento deve ter apresentado essas sugestões. E ainda tem todo o processo
115 até chegar ao Plenário do COPAM. De toda forma, nós vamos encaminhar para a
116 secretaria executiva, para o secretário adjunto, o seu pleito.” Conselheira Maria
117 Teresa Viana de Freitas Corujo: “Ontem, nós protocolamos para o secretário, e
118 trouxemos aqui para o Conselho uma nota da Comissão Pastoral da Terra. Tem a
119 ver com a questão do Norte de Minas, com a mineradora canadense Yamana
120 Gold, que tem trazido graves problemas de acesso a água na comunidade, na
121 região. A nota da CPT, que eu vou entregar ao Conselho Estadual, tem a ver com
122 a barragem Bico de Pedra. Aponta algumas quantidades de outorga e vazões
123 concedidas para proprietários e faz comparação, inclusive, com a demanda atual

124 de Montes Claros. Nessa nota, a Comissão Pastoral da Terra informa que a
125 demanda atual de Montes Claros é de aproximadamente 23,6 milhões de m³ e
126 que, fazendo então a pontuação dessa situação, que envolve uma empresa
127 ligada a uma mesma família, tem um total de outorgas de 35,5 milhões de m³ por
128 ano. Essa nota eu vou protocolar, vou pedir que seja mandado aos conselheiros.
129 O título é: 'A guerra da água no Norte de Minas - Água para o ouro, sede para o
130 povo'. Aponta elementos muito graves, tem a ver com licenças ou autorizações
131 concedidas pela Supram Norte de Minas. E não é a primeira vez que esse
132 assunto é trazido. É muito grave, tem que se olhar realmente as fotos de como
133 está o rio Roedor, que está totalmente seco. Então tem elementos, e deve-se
134 fazer uma averiguação nessa região em relação a esse assunto. O outro assunto
135 do nosso informe tem a ver também com a DN 74. Ontem, eu protocolei na
136 Cidade Administrativa o ofício em que 36 entidades, dentre elas o próprio Fonasc
137 e o Instituto Guaycui, estão demandando que haja, realmente, a prorrogação de
138 prazo para consulta pública. São 30 dias, e tem muita gente que nem sabe que
139 está em processo de consulta pública. Nós concordamos que tem elementos,
140 principalmente nas listagens, para os quais nós não encontramos argumentação
141 técnica para justificar alterações nos parâmetros. Nós, inclusive, estamos
142 demandando – antes de ir para a Câmara Normativa e Recursal, onde vão ser
143 feitas as discussões – que voltem, depois de consolidadas as contribuições, às
144 Câmaras Técnicas Especializadas, aquelas listagens específicas daquela
145 Câmara Técnica. Tem elementos nessa DN que nos preocupam muito e que
146 apontamos no nosso ofício. E eu vou também depois requerer que seja
147 compartilhado com todos os conselheiros o PDF que aponta por que nós estamos
148 demandando isso ao secretário de Estado, em relação a uma DN tão ansiosamente
149 esperada, nessa revisão. No âmbito hídrico, por exemplo, a questão de
150 considerar a pontuação do fator locacional, empreendimentos em áreas classe 1,
151 especial, e dar uma pontuação 2, quando na realidade a legislação não permite e
152 veda determinadas atividades. Nós não entendemos nem como se cogita dar
153 uma pontuação, se há uma lei que diz que não pode. Então, no âmbito hídrico, o
154 fator locacional está muito subdimensionado. Nós queremos apontar mais fatores
155 locais envolvendo a questão hídrica e discutir o conceito de fator locacional.
156 Porque nessa DN o fator locacional está só entrando para definir a modalidade do
157 licenciamento. E quando demandamos, como sociedade, o fator locacional, é no
158 sentido de, junto com potencial degradador e porte, definir a classe do
159 empreendimento. Então isso tudo não dá para ser discutindo inserindo
160 contribuições só no site da SEMAD, há que se ter mais tempo.” Presidente
161 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Eu peço à secretaria executiva
162 para anotar e receber o pleito da conselheira, para os devidos
163 encaminhamentos.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Eu queria trazer aqui
164 um brevíssimo relato da situação no Norte de Minas e também fazer um paralelo
165 da situação do IGAM no Norte de Minas. No Norte de Minas, nos últimos quatro
166 anos, tem chovido em torno de 60% da média histórica, e dois dos principais

167 reservatórios – Bico da Pedra e Juramento – se encontram em situação crítica.
168 Considerando que o Alto Verde Grande, a parte alta da bacia, concentra mais do
169 que a metade da população de todo o Verde Grande, em função, principalmente,
170 da localização da cidade de Montes Claros. E Juramento hoje está com 23% da
171 capacidade. Eu não sei se já considerou o volume morto. E o Bico da Pedra só
172 tem 2% do volume útil. Pela primeira vez na história da barragem de Juramento,
173 o rio Juramento, que abastece o reservatório, secou. Hoje, o IGAM, responsável
174 pelo Norte e Nordeste de Minas, só tem dois funcionários: um técnico e um
175 administrativo. Há algum tempo, teve uma força-tarefa do IGAM, que ficou lá uma
176 semana, e, em função dessa fiscalização, o rio voltou a correr. Aí foi passada a
177 informação – eu não vou citar nomes de empresas ou coisas desse tipo, porque
178 foi extraoficial – de que tem uma empresa de reflorestamento na nascente de
179 Juramento com cinco barragens e que tem outorgado 7.600 l/s. Enquanto a
180 Copasa, para abastecer a cidade de Montes Claros, tem 1.000 l/s. Eu tenho
181 acompanhado o Comitê, desde a formação, e o nível de consciência,
182 conscientização e sensibilização, principalmente por parte dos irrigantes lá. No
183 início, tinha uma resistência muito grande. Mas as empresas, de certa forma,
184 principalmente as que vêm de fora, têm trazido um certo problema para a região
185 e não têm tido essa sensibilização com relação ao uso de água. Então eu
186 gostaria de fazer um apelo para que o IGAM pudesse ser reestruturado,
187 principalmente nesse período de escassez hídrica. A fiscalização é extremamente
188 importante e está praticamente impossibilitada de ser executada, mesmo porque,
189 com dois funcionários, não conseguimos nem que eles participem das reuniões
190 que nós temos feito na região. O pessoal fez uma solicitação para que o
191 Conselho pudesse fazer uma reunião extraordinária na região e pudesse ouvir as
192 demandas da região em um futuro bem próximo.” Presidente suplente Maria de
193 Fátima Chagas Dias Coelho: “Eu não preciso nem dizer que faço coro à sua
194 proposta de fortalecimento do IGAM no Norte de Minas. Com certeza, como nas
195 outras regiões do Estado, todo mundo sabe que o grupo do IGAM é um grupo
196 muito pequeno. Nós estamos em processo de discussão dessas equipes.
197 Realmente, o Wesley e a Érica são as duas pessoas que estão atuando lá, e nós
198 temos, realmente, dificuldade de participação deles em tudo que é necessário. No
199 que diz respeito à bacia do rio Juramento, nós declaramos restrição de uso,
200 conforme a DN 49, desde maio. As portarias foram publicadas, duas portarias.
201 Com isso, nós pedimos uma fiscalização. A DN 49 atua muito em cima dos
202 outorgados, mas o importante é que nós fizemos uma fiscalização dos que
203 estavam irregulares também, com ajuda da Subsecretaria de Fiscalização. E nós
204 estamos fazendo essas campanhas de fiscalização nas bacias hidrográficas em
205 que estamos declarando restrição hídrica. Tem outras bacias do Estado que
206 estão em restrição, e nós estamos fazendo esse planejamento de fiscalização. Eu
207 recebi o relatório da fiscalização no início desta semana e vou levantar essa
208 questão que você comentou, da companhia de reflorestamento. Eu vou checar
209 porque também os usuários outorgados estão sujeitos a redução de uso da água,

210 conforme a DN 49.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Mas, sem a
 211 fiscalização devida, parece que o pessoal não tem seguido essas restrições.”
 212 Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós discutimos muito
 213 com a Copasa essa campanha, até para abordar não só os outorgados, mas os
 214 irregulares. Eu não consigo dar resposta aqui – eu não estou com o relatório aqui
 215 – sobre essa empresa específica, sobre como está a situação dela. Quanto a
 216 Bico da Pedra, nós estamos assinando um pacto com a ANA com relação à
 217 gestão das outorgas lá, para implantar a alocação negociada da água no entorno
 218 de Bico da Pedra.” Conselheiro Edson de Oliveira Vieira: “Bico da Pedra passa
 219 por um problema seríssimo de gestão, porque, só na derivação da água, chega a
 220 ter uma perda de 50%. Isso é inaceitável, inadmissível. Isso só da distribuição. Se
 221 considerarmos que, dentro da área irrigada, se perde em torno de 50%, a cada
 222 1.000 litros de água, efetivamente, 250 litros só chegam para o produtor,
 223 efetivamente, para a planta, vamos dizer assim.” Presidente suplente Maria de
 224 Fátima Chagas Dias Coelho: “Se é o perímetro irrigado do Gorutuba, e tem outros
 225 perímetros irrigados, então, ponto de discussão com a Agência Nacional de
 226 Águas, sobre isso.” Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Entre os dias 11 e 15 de
 227 julho, nós realizamos, na Universidade Federal de Uberlândia, o 6º Workshop
 228 Internacional sobre Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Bacias
 229 Hidrográficas, conforme eu já tinha noticiado aqui e feito um convite, inclusive, a
 230 todos os conselheiros para que pudessem participar. O evento foi um sucesso.
 231 Nós tivemos mais de 530 inscritos, e foram realizadas palestras, minicursos,
 232 visitas técnicas. A abertura foi realizada com a palestra magna do governador da
 233 Paraíba, Ricardo Coutinho, que abordou o tema transposição do rio São
 234 Francisco e a importância dessa transposição para o semiárido. Nós tivemos, na
 235 abertura, também a presença do Germano, a quem agradeço. No evento, foi
 236 aprovada a Carta de Uberlândia, que, em síntese, aponta cinco linhas que
 237 expressam a posição dos participantes desse workshop. Eu vou encaminhar um
 238 e-mail, anexado, e solicitar que se encaminhe a todos os membros das Câmaras
 239 Técnicas, para tomarem conhecimento dessa carta.” Conselheiro Rander Abrão
 240 Tostes: “Eu sou representante da Cemig, mas vim trazer um comunicado do
 241 Comitê do Suaçuí, onde eu também sou representante. É justamente com
 242 relação à aplicação do que está disposto na DN 49. Segundo relatório da CPRM,
 243 vazões do Suaçuí Grande já estariam abaixo da vazão de referência. Por isso, a
 244 Plenária do Comitê, em minha pessoa, solicita esclarecimentos com relação ao
 245 disparo do que está disposto na DN 49, estabelecendo assim a situação de
 246 escassez hídrica. Eu não sei como funciona esse estudo, quando são publicadas
 247 portarias, como é feito o trabalho, mas trouxe o ofício e vou deixar aqui para
 248 vocês.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Vila Matias é
 249 do Suaçuí? Já foi declarada, e já foi publicada. Pode ser que nós estejamos
 250 atrasados em avisar ao Comitê, é importante o acompanhamento no ‘Diário
 251 Oficial’, mas o IGAM remeterá, então, ofício para todos os Comitês envolvidos,
 252 que estão em restrição hídrica, até para que o Comitê nos ajude nesse processo

de restrição.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Nós estamos realizando, em parceria com o IEF, um seminário para tratar dos sistemas agroflorestais como instrumento para recuperação ambiental, com o olhar para Minas Gerais. Nos dias 10 e 11, nós vamos realizar esse evento. No dia 10, na Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 11, na Cidade Administrativa. Nós vamos discutir, nesse encontro, subsídios para construção de uma minuta de uma normativa que regulamente a possibilidade de usar os sistemas agroflorestais como ferramenta de recuperação ambiental. Vai ser constituído um grupo de trabalho, formado por pessoas da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, SEMAD, IEF e sociedade civil, para trabalhar um pouco nesse sentido. Para dar o start nesse trabalho, nos dias 10 e 11 de agosto, vai ser realizado esse seminário. No dia 10, será aberto para todo mundo, e no dia 11 vai ser uma tarefa mais fechada, um dia de trabalho, para a Câmara Técnica de Produção Orgânica e Agroecologia, ligada a Cedraf, com alguns convidados.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: Há três reuniões ou quatro, nós fomos indicados, neste Conselho, para participar do Fórum Interconselhos. Esteve aqui uma pessoa fazendo a apresentação do que seria esse fórum. Eu quero lembrar que esse Fórum Interconselhos reúne todos os Conselhos do Estado de Minas Gerais, no sentido de que haja uma troca de informações, experiências, na construção das políticas públicas do Estado. Por exemplo, no momento em que nós formos decidir a questão da DN 74, é interessante que se ouçam outros segmentos da sociedade também representados em Conselhos, no sentido de que algo possa afetar esse outro segmento. Por exemplo, o Conselho de Agricultura Familiar. Será que esses limites que estão sendo discutidos em um Conselho, principalmente da SEMAD, do COPAM, atendem à agricultura familiar? Embora tenha representante também. Enfim, fazer os Conselhos conversarem melhor, em benefício das políticas públicas. Mas o grande problema é o seguinte: como fazer essa conversa, como democratizar essa conversa? Hoje pela manhã teve reunião nesse Fórum Interconselhos – eu pude participar –, e lá foi lançada a inclusão do Fórum Interconselhos nesse ‘Participa MG’, que é uma plataforma do governo do Estado de Minas Gerais, no sentido de criar um espaço virtual para discutir os problemas de Minas Gerais. Nós, participantes desse Fórum, estamos criando esse espaço. Eu queria pedir à mesa para que se crie uma pauta, na próxima reunião, para que o pessoal venha aqui explicar e mostrar como funciona esse engajamento de todos os conselheiros nesse Fórum, onde todos poderão participar nessa plataforma virtual. Para que venha aqui o representante desse ‘Participa MG’, para mostrar como nós entramos nisso.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu queria reforçar, realmente, a fala do conselheiro Edson com relação à questão do fortalecimento do IGAM, que realmente é um órgão de extrema importância e que precisa ser equipado para atuar, principalmente, nessas regiões onde há escassez hídrica e área de conflito. E também dizer da importância também do fortalecimento das equipes de fiscalização, que precisam estar presentes. Independente de uma situação de decreto de situação crítica de

296 escassez hídrica, elas precisam estar presentes de forma que, realmente, sejam
297 cumpridas as outorgas e equilibrados o uso e a aplicação do recurso hídrico no
298 Estado de Minas Gerais.” Conselheira Nilda Marília Figueiredo de Sousa: “Eu
299 estou representando a Prefeitura de Almenara e queria falar um pouquinho da
300 nossa situação. Eu gostaria de pedir também que se voltassem os olhos um
301 pouco para a nossa região, o rio Jequitinhonha, onde nós estamos passando por
302 problemas seríssimos, principalmente nas comunidades rurais. Nós temos 55
303 comunidades rurais, onde nós temos só um caminhão-pipa que está abastecendo
304 essas comunidades. Nós temos o rio São Francisco, que está completamente
305 seco. Nós temos o Panela, que abastece a área rural, onde os fazendeiros estão
306 passando por situação crítica, porque secaram os rios todos nesse período de
307 estiagem que teve agora. Então, pela primeira vez que eu estou vindo aqui, eu
308 gostaria de pedir, na oportunidade, que se desse também uma oportunidade para
309 verificar a nossa situação no Vale do Jequitinhonha.” Conselheiro Ênio Resende
310 de Souza: “Eu pedi a palavra para, rapidamente, dizer o seguinte. Primeiro,
311 concordar com a proposta do conselheiro Leonardo Romano, da questão do
312 licenciamento da aquicultura, da preocupação que ele demonstrou aqui com os
313 valores que estão sendo propostos. Me ocorreu também, pelo menos, estar aqui
314 mencionando que nós estamos vivendo um momento muito oportuno de
315 mudanças na questão do licenciamento ambiental. O Estado tem uma nova lei,
316 essa lei ainda está por ser regulamentada. Agora, uma questão que sempre nos
317 afligiui é a questão do dissociamento do licenciamento ambiental da questão dos
318 recursos hídricos. Nós sabemos que, na natureza, isso não é dissociado, a água
319 está junto da planta, dos animais, da fauna, enfim. Vislumbrando essa
320 possibilidade que nós temos de discutir a legislação ambiental, o licenciamento
321 ambiental, particularmente, eu acho que deveríamos aprofundar um pouco um
322 mais – o próprio Conselho Estadual de Recursos Hídricos, as instituições etc.,
323 para modernizar o nosso licenciamento ambiental, trazendo-o mais próximo da
324 questão dos recursos hídricos. Por exemplo, o licenciamento hoje é feito por
325 empreendimento, por atividade. Mas, se diversas atividades acontecem,
326 concomitantemente, em uma bacia hidrográfica, o impacto vai ser cumulativo. Por
327 exemplo, uma bacia que tem uma hidroelétrica e passa a ter cinco, seis, ou uma
328 suinocultura que passa a ter 15, 20. Então o nosso licenciamento olha, muitas
329 vezes, para o próprio empreendimento e analisa o empreendimento
330 individualmente. Então é mais um manifesto no sentido de tentarmos, nesta
331 oportunidade que estamos tendo de mudança da legislação. Aliás, a legislação já
332 foi alterada, mas está por ser regulamentada. Então um esforço nosso, quem
333 sabe, de aproximar a questão dos recursos hídricos e do licenciamento
334 ambiental.” Presidente Jairo José Isaac: “A sua observação foi anotada, e nós
335 realmente já vamos começar a ter um trabalho mais integrado dentro do Sisema.
336 Na verdade, tem 14 meses em que estou na Secretaria. Eu estou distanciado do
337 secretário adjunto desde a sexta-feira passada. Ele hoje, juntamente com a
338 equipe técnica da nossa Secretaria, está sobrevoando todo o estrago em relação

339 a Mariana, fazendo levantamento. Nós temos que chegar a algumas conclusões.
340 Então tem uma equipe fazendo levantamento e verificando, in loco, os problemas,
341 e fazendo as anotações que devem, evidentemente, ser avaliadas para uma
342 definição final sobre essa tragédia chamada Samarco. Que nos consome,
343 exatamente, 60% do nosso tempo de trabalho. Não tem como escapular nem
344 deixar de discutir o problema. Mas a minha observação é a seguinte. O fato desta
345 nova administração, da integração hoje do Sisema, é uma coisa real. Não dá
346 mais para conviver com cada unidade trabalhando isoladamente. Hoje essa
347 integração precisa existir, inclusive, para obter resultado, para somar resultado. O
348 IGAM vai ser totalmente reestruturado, equipado, não só com equipamento
349 adequado, mas com material humano. Deve receber uma ajuda substancial de
350 técnicos. A FEAM também está passando por um sistema de mudança, e hoje
351 tem um novo presidente. E o IEF também, nessa mudança do sistema, inclusive,
352 da própria legislação, e da mudança nossa, principalmente, com relação aos
353 avanços que foram feitos na área da fiscalização. Inclusive, com a possibilidade
354 hoje de os municípios licenciarem, isso vai ser um alívio para a Secretaria e vai
355 nos dar mais condições de voltar para assuntos mais problemáticos que se
356 verificam no decorrer do tempo. A observação é oportuna, está anotada, e isso
357 vai ser objeto de uma futura reunião. Eu talvez possa vir trazer um relatório do
358 que está sendo feito ao nível de integração dessa área de fiscalização. Ainda
359 ontem, eu passei a manhã toda junto com a corporação militar ambiental em um
360 evento que estão promovendo em Juatuba, que termina amanhã, com o coronel
361 Fagundes. Foram vários palestrantes, e nós discutimos alguma coisa. A parceria
362 hoje com a Polícia Ambiental é completa, atinge hoje, inclusive, todo o nosso
363 Sistema. E nós estamos fortalecendo a Polícia Ambiental para nos ajudar,
364 evidentemente, no acompanhamento da fiscalização e aprimorar a fiscalização.
365 Se perguntarem se algum de vocês tem dúvidas com relação ao que já foi feito,
366 em breve, em publicações próprias da Secretaria, nós vamos divulgar o que tem
367 sido feito, ao nível de Estado, pela Secretaria, em termos de legislação e de
368 avanços. Vocês conhecem a situação do Estado, não precisa aqui de um
369 secretário de uma das Secretarias dizer o que é a situação. Nós temos toda
370 dificuldade com relação a alguns avanços que demandam, inclusive, recursos.
371 Não temos como, realmente, demandar recurso, e temos necessidade de
372 recurso. Em todos os sentidos. Mas hoje, sem nenhuma vaidade, eu posso
373 garantir que a nossa legislação é das mais qualificadas e eficientes do país. Ao
374 nível de evolução, nós estamos bem à frente dos outros Estados. E todo esse
375 trabalho vai ser sintetizado em uma publicação que nós estamos desenvolvendo.
376 Isso, realmente, para o Estado, é um grande ganho e uma grande eficácia. Nós
377 estamos tornando tanto a parte de fiscalização quanto a de regularização bem
378 adequadas, bem eficazes, e estamos procurando agilidade. A eficiência é
379 obrigatória, mas a agilidade é fundamental. É a nossa procura, é o nosso
380 objetivo. Eu vim para esta Secretaria com a missão definida: mudar, e mudar
381 para melhorar. É o que nós estamos procurando, e vamos procurar satisfazer

382 essa exigência do governo de Minas. É isso que eu queria registrar.” Presidente
383 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Obrigada, Ênio, por essa
384 oportunidade de focar a questão da gestão ambiental, efetivamente. Os outros
385 instrumentos de gestão ambiental que temos, a Avaliação Ambiental Integrada, a
386 Estratégica, e essa é uma oportunidade de modernizar, considerando a bacia
387 hidrográfica.” **4) RETIFICAÇÃO DO NÍVEL DE EXIGÊNCIA APROVADO DA**
388 **META 1.9 (CAPACITAÇÃO) DO PROGRAMA PROGESTÃO, PARA EXAME E**
389 **DELIBERAÇÃO. Apresentação: IGAM.** O Plenário do Conselho Estadual de
390 Recursos Hídricos aprovou por unanimidade a retificação do nível de exigência
391 da Meta 1.9 do Programa Progestão, nos termos da Nota Técnica 01/2017, tendo
392 como consequência aumento no valor da liberação da segunda parcela do
393 programa, sendo esses recursos utilizados no fortalecimento institucional do
394 Instituto Estadual de Recursos Hídricos. **5) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**
395 **DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1)**
396 **Horizontes Ltda. Brumadinho/MG. Canalização de curso de água para**
397 **construção de estacionamento. Processo de Outorga nº 10180/2009.**
398 **Apresentação: IGAM. Retorno de vista: conselheira Maria Teresa Viana de**
399 **Freitas Corujo.** Outorga concedida por maioria nos termos do parecer da
400 Supram Zona da Mata, com um voto contrário e duas abstenções. Declarações
401 de voto e de abstenções. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares:
402 “Declaração de voto no sentido de que, apesar de ser contra a canalização,
403 porque já existem, inclusive, diretrizes a respeito disso, olhando o relatório
404 técnico, eu reconheço o trabalho da CTIG no sentido de que foi realmente feito o
405 levantamento técnico dos dados fornecidos. Porém, eu me abstenho de votar em
406 função dessa dúvida que me resta em relação ao procedimento que foi adotado.”
407 Conselheiro Luciano José Alvarenga: “Eu vou me abster e chamar a atenção.
408 Como há, de fato, essa diferenciação, que é a concessão de outorga com
409 mecanismo de gestão, e a aplicação das devidas chances de sanções, eu pediria
410 que então isso fosse feito, efetivamente. Já que o empreendimento, de fato, já
411 está instalado, é preciso observar uma diretriz, que, inclusive, é inconstitucional,
412 de regularização, também sob esse ponto de vista. Eu acho que é preciso ter
413 atenção em relação a isso.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:
414 “O nosso voto foi contrário pelo fato de que o nosso parecer era de baixar em
415 diligência, e nós precisamos ser coerentes. Para nós, não teria como votar sem
416 essas questões equacionadas, independentemente da questão de, por exemplo,
417 penalidades e multas serem tratadas em separado. O Fonasc requer, então, que
418 essa questão da legalidade seja tratada no momento adequado e na forma
419 processual adequada.” Rafael Ferreira Toledo, da Procuradoria do IGAM: “Só
420 reiterando o que foi dito anteriormente, a concessão da outorga não impede ao
421 Conselho – caso entenda pertinente, como já foi solicitado por alguns dos
422 conselheiros – que faça moção solicitando, reivindicando esses pontos
423 identificados, das penalidades pertinentes.” Presidente suplente Maria de Fátima
424 Chagas Dias Coelho: “Nós juntamos essas informações, a solicitação dos dois

425 conselheiros, Luciano e Maria Teresa, a respeito das infrações, e vamos dar os
 426 encaminhamentos e analisar essa questão.” **Pedido de baixa em diligência.**
 427 Antes da votação deste processo de outorga, o Plenário do CERH rejeitou, por
 428 maioria, o pedido de baixa em diligência apresentado pelo Fonasc em seu relato
 429 de vista. A Presidência registrou 36 votos favoráveis a dar prosseguimento à
 430 análise e votação do pedido de outorga, um voto contrário e duas abstenções.
 431 **Conselheiro Luciano José Alvarenga:** “Eu vou me abster neste caso. Como eu
 432 não acompanhei a discussão na CTIG, francamente, eu não estou convencido de
 433 nenhum dos dois posicionamentos.” **Conselheiro Eduardo Machado de Faria**
 434 **Tavares:** “Eu também me abstenho. É a minha primeira reunião. Houve um
 435 problema de comunicação, e tive acesso agora. Não na fundamentação do
 436 pedido de diligência, mas por outras razões, eu ainda fico também com um pouco
 437 de dúvida.” **Conclusão do parecer do Fonasc:** “Diante do exposto, sem prejuízo
 438 de outros eventuais questionamentos, manifesta-se o Fonasc-CBH pela baixa em
 439 diligência do pedido de autorização para canalização e/ou retificação do curso de
 440 água Inhotim, para que sejam esclarecidas as razões do intercurso de tempo, de
 441 8 (oito) anos, entre a formalização do Processo nº 10180/2009 e o seu
 442 encaminhamento para análise e deliberação, a justificativa da dimensão da
 443 canalização inter-relacionada com as características do curso de água Inhotim e
 444 as possíveis penalidades e/ou multas pelo fato de o estacionamento estar
 445 construído e de a canalização estar instalada (de acordo com um dos
 446 documentos, desde 2009) sem ter havido a autorização.” **Esclarecimento da**
 447 **Procuradoria do IGAM - Rafael Ferreira Toledo, da Procuradoria do IGAM:** “Só
 448 para fazer um esclarecimento do ponto de vista jurídico em relação a esse pedido
 449 de diligência, tem que se observar que, de acordo com o Regimento Interno, o
 450 pedido de diligência tem que observar alguns requisitos. O primeiro: tem que
 451 haver pertinência temática em relação à matéria que está em pauta. Ou seja, a
 452 matéria que está em pauta é a viabilidade técnica da outorga ou não. Ainda que
 453 seja correlacionada a alguns assuntos afetos à tramitação do processo, não é a
 454 questão da existência ou não cabível de alguma penalidade durante a operação
 455 da atividade, durante o curso do processo de outorga. Esse não é objeto da
 456 matéria. A matéria é viabilidade técnica da outorga. Qualquer matéria afeta a
 457 isso, ainda que seja pertinente, não é objeto do pedido de diligência. Outro: o
 458 pedido de diligência só é cabível caso a dúvida suscitada, o pedido de
 459 esclarecimento suscitado não possa ser respondido no ato dessa reunião. Se
 460 houve uma dúvida relacionada ao objeto da matéria, somente caso ela não seja
 461 possível de ser sanada nessa reunião. Como a doutora Fátima apontou, há
 462 técnicos do IGAM aqui prontos, se for o caso, para esclarecer essas dúvidas. E,
 463 por último, o pedido de diligência só é cabível mediante aprovação dos membros
 464 da plenária, que considerarem pertinente ou não a interrupção da votação.” **5.2)**
 465 **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Ligação**
 466 **BR-040 MG à BR-267 MG. Juiz de Fora/MG. Canalização em corpo de água.**
 467 **Córrego São Pedro. Área urbana. Processo de Outorga nº 31210/2016.**

468 **Apresentação: Supram Zona da Mata.** Outorga concedida por unanimidade nos
 469 termos do parecer da Supram Zona da Mata. **6) PROCESSOS**
 470 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO. 6.1) Rogério Carneiro**
 471 **Meirelles. Fazenda Guarino. Conceição do Rio Verde/MG. Processo de**
 472 **Outorga nº 27429/2014. Apresentação: Supram Sul de Minas.** Recurso
 473 deferido por maioria nos termos do parecer da Câmara Técnica de Instrumentos
 474 de Gestão (CTIG), contrariamente ao parecer técnico da Supram Sul de Minas,
 475 que sugeriu o indeferimento. O conselheiro representante do Ministério Público se
 476 absteve de votar. Quanto às condicionantes, a Presidência registrou os seguintes
 477 esclarecimentos. Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “A
 478 questão das condicionantes compete ao órgão gestor. Aprovada a outorga, o
 479 órgão gestor impõe as condicionantes nas portarias de outorga, porque nós não
 480 votamos as condicionantes, essa é uma deliberação do órgão gestor. Então nós
 481 aprovamos, e a Supram, ao emitir a outorga, inclui as condicionantes nas suas
 482 portarias.” Rafael Ferreira Toledo, da Procuradoria do IGAM: “No trâmite do
 483 processo de concessão de outorga, tem que se fazer a divisão das atribuições de
 484 competências de cada um dos atores envolvidos nesse processo, tanto do órgão
 485 outorgante quanto do Conselho. O fato de determinados procedimentos de
 486 outorga requererem anuência tanto às vezes do Comitê quanto do Conselho,
 487 esse caso, em grau de recurso, não retira a competência do órgão outorgante,
 488 aquele que tem a competência técnica e poderá estabelecer as condicionantes
 489 adequadas a mitigar os eventos ocasionados pelo empreendimento.” Presidente
 490 suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “De toda forma, o
 491 encaminhamento deste processo à Supram Sul será, evidentemente, com o
 492 parecer da CTIG, para consideração e análise dessas duas condicionantes aqui
 493 interpostas, inclusive, como já foi dito aqui, instalação de dreno de fundo para
 494 garantir a vazão residual; e a condicionante 2, que é o monitoramento hidrológico.
 495 Isso é praxe em todas as nossas intervenções. A Resolução SEMAD/IGAM 2302
 496 exige esse monitoramento hidrológico em todos os processos de outorga, e o
 497 empreendedor tem que nos apresentar os resultados desse monitoramento. **6.2)**
 498 **Rogério Carneiro Meirelles. Fazenda Guarino. Conceição do Rio Verde/MG.**
 499 **Processo de Outorga nº 27431/2014. Apresentação: Supram Sul de Minas.**
 500 Recurso deferido por maioria nos termos do parecer da Câmara Técnica de
 501 Instrumentos de Gestão (CTIG), contrariamente ao parecer técnico da Supram
 502 Sul de Minas, que sugeriu o indeferimento. O conselheiro representante do
 503 Ministério Público se absteve de votar. A Presidência fez o seguinte registro em
 504 relação às condicionantes. Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias
 505 Coelho: “Da mesma forma, na questão das condicionantes, o relatório da CTIG
 506 será encaminhado para o órgão gestor inserir as condicionantes na Portaria de
 507 Outorga aprovada por este Conselho.” **7) ASSUNTOS GERAIS. Relatos sobre**
 508 **empreendimento da Mundo Mineração.** Fernanda Andrade Malafaia, da
 509 Subsecretaria de Regularização Ambiental/SEMAD: “Eu vim falar um pouquinho a
 510 respeito do empreendimento Mundo Mineração. Foi aprovada uma moção na

511 CNR e na URC Velhas – no caso, já até fizemos essa apresentação para a
512 Câmara de Mineração –, e também foi aprovada uma moção aqui no CERH.
513 Então nós viemos dar um retorno aos senhores a respeito do que a SEMAD fez
514 nesse empreendimento. Para quem não sabe, o empreendimento da Mundo
515 Mineração é relacionado a uma mineração que foi abandonada. E a moção foi
516 aprovada no seguinte sentido: ‘Ao DNPM, à FEAM e à SEMAD, para que
517 realizem, o mais breve possível, uma vistoria na barragem de rejeitos da Mundo
518 Mineração, localizada no município de Rio Acima, para averiguar a situação após
519 o período recente de chuvas intensas’. Essa moção foi encaminhada para
520 conhecimento da FEAM, do DNPM e da SEMAD. O DNPM, a FEAM e a SEMAD
521 realizaram uma vistoria conjunta em 16 de janeiro de 2017. Mas, antes mesmo
522 disso, a Fiscalização já tinha feito três vistorias, por meio do Núcleo de
523 Emergência Ambiental (NEA), uma em outubro de 2016, outra em dezembro e
524 essa de janeiro de 2017. Mas, antes mesmo disso, a Fiscalização já tem feito
525 vistorias corriqueiras lá e tem dado um suporte para averiguar a situação no local.
526 A fiscalização de outubro de 2016 contou com a participação da SEMAD, da
527 Polícia Militar, da Defesa Civil Estadual, da Defesa Civil do município de Rio
528 Acima e da Copasa. Ela foi direcionada ‘para elencar ações efetivas para
529 estabelecer a proposta de vigilância e proteção contra invasão e novos atos de
530 vandalismo, bem como estabelecer procedimentos e elaboração de um plano de
531 contingência em caso de possível ocorrência de acidente ambiental na referida
532 área’. ‘Os atores envolvidos apontaram para a necessidade de definir estratégias
533 que venham, inicialmente, impossibilitar a entrada e permanência de terceiros
534 sem autorização, com a instalação de portão de entrada do empreendimento,
535 cercamento da área do reservatório da barragem nova, para evitar acidentes’. A
536 fiscalização de 16 de janeiro de 2017 conta com o relato de que, infelizmente, a
537 situação não é das melhores, constando todas as dificuldades, mas dela se
538 iniciaram tratativas de realização de um termo de descentralização de crédito
539 orçamentário com objetivo de realização de um estudo e contratação de projeto
540 para manutenção das barragens da Mundo Mineração. Conforme o auto de
541 fiscalização de 2017, representantes da SEMAD, da Polícia Militar, da Defesa
542 Civil Estadual, da Defesa Civil de Rio Acima e da Copasa foram ao local do
543 empreendimento ‘para elencar ações efetivas para estabelecer a proposta de
544 vigilância e proteção contra invasão e novos atos de vandalismo, bem como
545 estabelecer procedimentos e elaboração de um plano de contingência para o
546 município em caso de possível ocorrência de acidente ambiental na referida
547 área’. É importante destacar que não só a SEMAD está cuidando desse assunto,
548 mas outros órgãos da administração pública estadual estão envolvidos no sentido
549 de amenizar a situação que está no local do empreendimento. Foi realizada
550 fiscalização conjunta, em março de 2017, pela Diretoria de Emergência Ambiental
551 da SEMAD, Corpo de Bombeiros, município de Rio Acima, Secretarias de Obras
552 e de Segurança Pública de Rio Acima, e a finalidade foi apoiar o município a
553 tomar conhecimento da situação do empreendimento de modo que o plano de

554 contingência desse município possa ser revisado e atualizado. Além disso, foi
555 encaminhado um ofício à superintendência do DNPM informando sobre a
556 situação da Mundo Mineração, considerando que compete ao DNPM fiscalizar as
557 atividades de pesquisa e lavra para aproveitamento mineral. A Secretaria de
558 Estado de Casa Civil e Relações Institucionais se manifestou favorável à
559 celebração de um convênio entre o Estado e a Copasa com interveniência da
560 SEMAD e da Setop. Isso porque a situação no empreendimento Mundo
561 Mineração, infelizmente, chegou a um ponto em que só a SEMAD também não
562 está conseguindo resolver na área. Então toda a administração está envolvida no
563 sentido de amenizar a situação. Por isso está tendo essa tratativa de convênio.
564 Ressaltamos que, em maio de 2017, a SEMAD encaminhou ofício à
565 subsecretária de Casa Civil com sugestões sobre medidas prioritárias a serem
566 implementadas no empreendimento Mundo Mineração. É importante destacar
567 que o próprio governador já está envolvido nessa situação, no sentido de
568 amenizar a situação do empreendimento, e determinou que seja celebrado um
569 convênio a fim de que a Copasa assuma a operação dos procedimentos
570 relacionados à Mina Engenho D'Água, autorizando, inclusive, o envolvimento de
571 demais órgãos e entidades da administração pública estadual, na medida em que
572 for necessário, na celebração do convênio. Atualmente, já foi elaborada essa
573 minuta de termo de cooperação técnica entre SEMAD, Copasa, Setop, Corpo de
574 Bombeiros, PM, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e o município de Rio
575 Acima. É isso que nós podemos passar para os senhores dando retorno dessa
576 moção. Eu imagino que em um curto espaço de tempo nós consigamos dar uma
577 solução mais eficaz.” Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “A minha
578 pergunta é a seguinte. Vocês fizeram um plano de contingência ou revisaram o
579 plano de contingência. Mas quem vai colocá-lo em prática? A Copasa? Na hora
580 que precisar?” Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Não tem esse
581 plano de contingência ainda. Na verdade, ainda vai ser elaborado, nos moldes do
582 convênio. O que foi feito é uma tomada de preços, neste ano. Foi publicado o
583 extrato em março de 2017, e foi homologada, no final de maio, a empresa
584 vencedora, que vai fazer o projeto, o objeto da contratação. Está sendo feita pela
585 Setop. É a consultoria técnica especializada para elaboração de relatório de
586 investigação técnica das barragens da Mina de Engenho D'Água e projeto
587 executivo para recuperação estrutural e preservação do meio ambiente sob
588 impactos da antiga lavra do município de Rio Acima. Então o que foi feito é a
589 contratação dessa empresa para fazer esse projeto para que, após a entrega
590 desse projeto, ele seja executado pela Copasa nos moldes do convênio.”
591 Conselheira Irany Maria de Lourdes Braga: “Então nós estamos falando de duas
592 coisas. Nós estamos falando de um projeto executivo para reabilitação do que
593 está lá, investigação, diagnóstico e ações, que vai ser conduzido pela Copasa,
594 que vai executar o que estiver sendo determinado no relatório. E o outro seria o
595 plano de contingência. E o plano de contingência? Quem vai colocá-lo em ação
596 se precisar?” Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Pelo menos nas

597 discussões de que eu participei, estaria contemplado dentro desse convênio.
598 Existem outros atores, não só a Copasa. Tem Defesa Civil, tem município e muita
599 gente envolvida.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu só queria fazer
600 algumas informações complementares. Esse termo de cooperação ainda está
601 sendo elaborado, ainda não está definido, inclusive, as responsabilidades ainda
602 vão ser discutidas. Como foi colocado pela Karine, nós temos, objetivamente,
603 hoje, com relação à mineração Mundo. Primeiro, a Copasa tem feito
604 monitoramento da qualidade de água tanto dos efluentes próximos à barragem
605 como o monitoramento dos piezômetros existentes da barragem. O
606 monitoramento é mensal. No início do ano de 2016, foi feita pela Copasa uma
607 ação emergencial, aprovada pela SEMAD, de forma a fazer uma drenagem
608 emergencial do maciço. Isso ocorreu. Foi uma intervenção de emergência, e não
609 é a intervenção necessária para o maciço. Nós temos acompanhado, realmente,
610 juntos, com todos os órgãos envolvidos do Estado, e feito as vistorias. E também,
611 através do próprio convênio que a Copasa tem junto à Polícia Militar, é estipulada
612 uma vigilância. A área ainda está aberta, não tem uma vigilância fixa dentro da
613 mineração, mas a Polícia Militar, através desse convênio com a Copasa, que
614 repassa esse recurso, faz essa vistoria diária da mineração. Mas realmente esse
615 processo ainda está em andamento. Esse projeto tem que ser elaborado, e eu
616 não sei se dentro do plano de contingência – eu não estou acompanhando
617 detalhadamente –, mas também, obviamente, tem todos aqueles estudos de dam
618 break, o que normalmente é obrigatório para esses maciços de barragens.”
619 Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Eu não sei de todos os detalhes
620 do projeto. É uma questão mais de investigação. Eu não sei de todos os detalhes
621 do edital, mas, a princípio, pelo que acompanhei, esse plano de contingência
622 estaria contemplado no convênio com os demais atores. Não seria competência
623 da Copasa, mas dos demais atores envolvidos.” Conselheira Maria Teresa Viana
624 de Freitas Corujo: “O Fonasc, na URC do Velhas, no ano passado, fez o pedido
625 dessa moção. Nós vimos acompanhando a questão da Mundo quase desde
626 2010. Na época, tinha tido encaminhamento por parte do CBH Velhas, já
627 preocupado com a questão da Mundo a menos de 2.000 metros do leito do
628 Velhas, antes da captação de Bela Fama. Quando solicitamos essa moção, foi
629 porque foi uma época inesperada de chuvas em uma semana. O problema dessa
630 barragem é que ela não tem efeito de borda, então não se fala de ruptura. E isso
631 é de conhecimento da FEAM desde 2014. Então é um assunto com que nós já
632 estamos há três anos. É muito grave. Inclusive, quando houve a Expedição Rio
633 das Velhas, te quero vivo, o Polignano e algumas pessoas foram lá. E está,
634 realmente, totalmente aberto. E são barragens de rejeito com produtos, que é a
635 mineração de ouro a céu aberto. Então é um assunto realmente urgente, e nós
636 esperamos que haja uma solução definitiva, para não sermos surpreendidos com
637 o extravasamento desse material, por exemplo, se nas próximas chuvas cair uma
638 tromba d’água, precisamente, naquela região. Muita quantidade de chuva no
639 mesmo lugar é uma coisa muito comum acontecer no Alto Rio das Velhas. E

640 como fica a uns 8 km de Bela Fama é um caso realmente em que reitero a
641 importância de providências e que se concretizem.” Conselheiro Eduardo
642 Machado de Faria Tavares: “São duas perguntas. A primeira. Eu não conheço a
643 tecnologia nem a metodologia que eles utilizaram lá para tratar do ouro, mas eu
644 sei que várias substâncias que se utilizam perdem seu efeito por evaporação ou
645 contato com o sol, radiações do sol, vai perdendo. Então fica a pergunta. Foi feito
646 algum tipo de análise prévia, antes desse projeto, de diagnóstico da situação
647 desse líquido que está dentro da barragem? A Copasa eu sei que tem condições
648 de fazer, eu não sei se foi feito. E a segunda: de quem é a posse dessa terra
649 hoje? Dos próprios donos, que abandonaram tudo? Abandonaram a concessão e
650 a terra ou havia uma concessão de alguém para esse tratamento?” Conselheira
651 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “A informação é de que, na ocasião, como
652 a empresa tinha recurso vindo do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais,
653 na realidade, essa área é do Estado. É do BDMG. Eu não sei como isso está
654 sendo tratado em nível de posse da área, mas está envolvendo uma questão com
655 o BDMG também.” Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Da área em
656 si, quem é o proprietário eu não sei. Nós sabemos que existe uma ação contra o
657 Estado, e tudo que temos feito é justamente em função dessa ação.” Fernanda
658 Andrade Malafaia, da Subsecretaria de Regularização Ambiental/SEMAD: “Só
659 para complementar, tem uma ação civil pública movida pelo Ministério Público
660 contra o Estado. Nós fomos condenados. O Estado precisa de uma solução
661 definitiva na área. Mas, antes mesmo dessa ação movida pelo Ministério Público,
662 o próprio Estado ajuizou uma ação contra o empreendimento. Em relação à área,
663 de quem é a posse, eu não tenho essa informação, mas hoje é importante falar
664 que nós temos essa responsabilidade para solucionar a questão.” Conselheiro
665 Edson de Oliveira Vieira: “Me parece que o primeiro questionamento que o
666 conselheiro Eduardo fez não foi respondido, com relação à qualidade da água.”
667 Karine Dias da Silva Prata Marques, da FEAM: “Lá atrás, em 2014, quando a
668 FEAM verificou o abandono da área, nós fomos atrás do responsável. É uma
669 empresa australiana, eles já tinham ido embora. Uma pessoa que tinha 1% das
670 ações, nós corremos atrás dela. Enfim, o que nós podíamos fazer naquele
671 momento nós fizemos. Nós solicitamos a caracterização do efluente, do resíduo.
672 É resíduo perigoso. Mas, após esse momento, passado 2014, nós perdemos o
673 contato. Foi quando nós decidimos mandar um relatório técnico para o Ministério
674 Público em função dessa situação. Nós não víamos mais como,
675 administrativamente, resolver essa situação. Nós mesmos, FEAM, mandamos
676 esse relatório para o Ministério Público, e o Ministério Público resolveu, depois,
677 entrar com ação contra o Estado. Depois disso, nós não tivemos mais condições
678 de fazer nenhum tipo de análise, e tudo está contemplado, hoje, dentro desse
679 projeto que eu comentei que foi contratado. Agora, a Copasa, pelo visto, faz as
680 análises.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães: “Eu não sei a data, mas a
681 Copasa entrou nesse processo eu acho que em 2015, na primeira vistoria, até
682 preocupada mesmo com toda essa questão da proximidade da barragem ao

683 sistema Rio das Velhas. Naquela vistoria, a Copasa já foi solicitada a realizar as
684 análises do efluente da mineração. Daí então que começou a surgir todo esse
685 movimento. E agora, já recentemente, nós estamos fazendo o monitoramento lá
686 na mineração, mensal. Com relação ao Eduardo, dizendo da parte da Copasa,
687 nós temos o controle da qualidade de água no ponto de captação do rio das
688 Velhas. Isso é acompanhado, nós já temos uma rotina de análise, e desse,
689 realmente, nós temos todo o histórico de dados.” Conselheiro Wilson Akira
690 Shimizu: “É claro, nós temos essa preocupação quanto à segurança da
691 barragem, à possibilidade de contaminação de fontes de abastecimento, mas
692 existe uma preocupação não menos importante também: quem vai pagar essa
693 conta? Quer dizer: nós já estamos pagando. Os projetos já estão sendo feitos, já
694 têm créditos orçamentários sendo direcionados para lá. A empresa vem, explora,
695 fecha, vai embora, leva o ouro, e nós ficamos aqui com a conta, com o passivo.”
696 Presidente Jairo José Isaac: “Lamentavelmente, nós temos que responder isso.
697 Alguns anos já decorreram. O Estado, agora, dada a gravidade, é que resolveu
698 tomar a situação, mas não tem nenhuma identificação sobre os investidores, que
699 desapareceram. Dizem que estão na África do Sul. Mas não tem Interpol, não
700 tem um órgão da polícia brasileira que poderia fazer a localização deles? Eles
701 estão em algum lugar. Então por que não identificar? O Estado é que está
702 pagando a conta.” **8) ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem
703 tratados, a presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou
704 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

Maria de Fátima Chagas Dias Coelho
Presidente suplente do Plenário do CERH